



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

**Parecer nº 74/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020**

**PROCESSO Nº 1370.01.0014142/2020-37**

**Parecer Único de Licenciamento Simplificado Processo SLA 1479/2020**

**Nº Documento do Parecer Único Vinculo ao SEI: 13637306**

**Processo SLA 1479/2020**

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:**

USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL  
LTDA

CNPJ: 06.059.962/0001-  
00

**EMPREENDIMENTO:**

FAZENDA SANTA LÚCIA

CNPJ: 06.059.962/0001-  
00

**MUNICÍPIO:**

SÃO FRANCISCO DE SALES -MG

**ZONA:** RURAL

**COORDENADA GEOGRÁFICA:** S – 19° 45' 44,13'' W-49° 51' 39,50''

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não possui fator locacional

**CÓDIGO:**

**ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN  
COPAM 217/2017):**

**CLASSE**

**CRITÉRIO  
LOCACIONAL**

G-01-03-  
01

Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e  
cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em uma área  
de 606,00 hectares.

03

0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**REGISTRO: CREA-MG: 140001/D**

Anselmo Ferreira Silva

ART n. 14201900000005619581

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

Amilton Alves Filho Analista Ambiental	1.146.912-9
De acordo:  Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 23/04/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13637306** e o código CRC **B7781369**.



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 1479/2020**

O empreendimento “Fazenda Santa Lúcia” está situado no município de São Francisco de Sales – MG e realiza o plantio de cana-de-açúcar em uma área de 606,00 hectares. Para regularizar a sua atividade o empreendedor formalizou o processo de licenciamento ambiental simplificado em 22/04/2020. A atividade em questão é classificada pela DN 217/2017 como classe 03, sendo de médio porte e médio potencial poluidor. De acordo com as informações apresentadas não há incidência de fator locacional para o empreendimento em questão.

A atividade é desenvolvida na Fazenda Santa Lúcia em regime de parceria Agrícola entre o espólio de Carmen Regina de Andrade e a Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda. A área total do imóvel informada no RAS (Relatório Ambiental Simplificado) é de 744,00 hectares, sendo que a área apontada para o cultivo de cana-de-açúcar é de 606,00 hectares. O empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural) da área com adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental).

Na área arrendada existe a geração de efluentes de origem doméstica gerado durante os tratos culturais realizados na área. Neste caso, os efluentes são direcionados para “banheiros químicos” e posteriormente são recolhidos pela empresa CETRIC para destinação final. Existe uma captação de água regularizada junto a Agência Nacional das Águas (ANA n.º 1472/2019). O cultivo da cana-de-açúcar é realizado em condições de sequeiro com colheita mecanizada da cana crua, ou seja, não é realizado a queima da palhada para realizar a colheita da cana-de-açúcar.

As embalagens de agrotóxico são devolvidas conforme prevê a legislação vigente. Os demais resíduos de origem doméstica gerados no local retornam a sede da Usina Itapagipe e em seguida são destinadas para empresas regularizadas ambientalmente.

A palhada de cana-de-açúcar proveniente da colheita mecanizada fica no solo servindo de adubo orgânico. O empreendedor informou que faz uso somente de adubos químicos, ou seja, não utiliza vinhaça na área destinada ao cultivo (área de 606,00 hectares).

Os processos erosivos inerentes à atividade agrícola são controlados mediante uso de práticas agrícolas como a adoção de terraços, plantio em nível e adoção de bolsões de infiltração.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

**CONCLUSÃO**



Com base nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “**FAZENDA SANTA LÚCIA,**” para a atividade “cultivo de cana-de-açúcar” em uma área de 606,00 hectares, no município de SÃO FRANCISCO DE SALES- MG”, pelo **prazo de 10 anos**”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Esclarecemos que esta decisão foi embasada unicamente nos estudos apresentados não sendo realizada vistoria prévia. Vale salientar que a veracidade das informações, a segurança dos equipamentos, construções e eficiência dos sistemas de controle ficam sob a responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos.**

#### ANEXO I

**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA SANTA LÚCIA/USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA”**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

**\*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**



## ANEXO II

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA SANTA LÚCIA/ USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA”.

#### 1.0 RESÍDUOS SÓLIDOS E REJEITOS

##### 1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

**Relatórios:** Apresentar à SUPRAM TM **SEMENTRALMENTE**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

##### 1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

**Relatórios:** Apresentar à SUPRAM TM **SEMENTRALMENTE**, o Relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG. Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social Endereço completo					

(\*)1 – Reutilização  
2 – Reciclagem  
3 - Aterro sanitário  
4 - Aterro industrial  
5 – Incineração

6 - Co-processamento  
7 - Aplicação no solo  
8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)  
9 - Outras (especificar)

#### Observações:

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações;
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.